



ATA DA 401ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, por meio da plataforma Google Meet, foi declarada aberta a 401ª Sessão Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, sob a presidência do Sr. Roberto Sant'Ana Lisboa Batista. **OBJETIVOS DA REUNIÃO:** 1. Avaliação do 1º RDQA 2025. 2. Comissão Especial de Estudos. **PRESENTES:** Amarílio Zebral, Ana Paula Melo, Claudio Souza, Daniele Carvalho, Danielle Santhiago, Débora Lima, Elidiane Vasconcelos, Marco Antonio Henriques, Roberto Lisboa e Thiago Pinheiro. **DESENVOLVIMENTO DA PLENÁRIA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos, informando que, conforme o Regimento Interno, a reunião teria início com os conselheiros presentes, aguardando a chegada dos demais. Em seguida, apresentou a pauta do dia, destacando a apreciação e votação da ata da reunião extraordinária anterior. Foi esclarecido que a ata submetida à apreciação registrava a discussão do Ofício nº108/2025/DGPS/SMS/PMCL, referente à solicitação do Hospital São Vicente de Paulo para aplicação dos recursos da terceira parcela do incentivo previsto na Resolução SES/MG nº 10.116/2025, destinados à contratação de mais um médico plantonista, bem como o parecer preliminar do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2024. Após consulta aos conselheiros, não houve manifestações de alteração, sendo a ata aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente registrou a necessidade de que, a partir daquele mês, cópias das atas fossem encaminhadas previamente a todos os conselheiros, a fim de facilitar a leitura e eventuais sugestões antes das reuniões, ficando a responsabilidade sob a Secretaria Executiva do CMSCL. Passando-se aos informes, o Conselheiro Amarílio Zebral questionou sobre mudanças na forma de solicitação de exames laboratoriais. A Conselheira Danielle Santhiago esclareceu que o município está em processo de informatização dos pedidos de exames, substituindo gradativamente a atual "folhinha rosa". Esclareceu que a medida visa aprimorar a organização e o controle da Secretaria Municipal de Saúde, evitando o uso indevido do documento por pessoas externas ao município e permitindo melhor gestão administrativa e financeira. Destacou ainda que a mudança será implementada de forma gradual, não havendo extinção imediata do formulário físico. O Presidente reforçou a importância da informatização como instrumento de gestão, registrando os esclarecimentos prestados. Na sequência, o Conselheiro Amarílio solicitou informações sobre a disponibilidade de medicamentos na rede municipal, sugerindo que médicos informem previamente aos pacientes a existência dos fármacos na Farmácia Básica. Danielle comprometeu-se a verificar a questão junto à Farmácia Central e à Atenção Básica e apresentar resposta em reunião posterior. Ainda, o Conselheiro indagou sobre o atendimento a pacientes oncológicos de Barbacena, especificamente quanto à oferta de alojamento para aqueles submetidos à quimioterapia. Danielle esclareceu que em Belo Horizonte já existem pontos de acolhimento, mas que em Barbacena o processo é mais complexo, exigindo tratativas de contratualização. Informou que a Secretaria acompanha a situação e busca soluções. Amarílio também relatou reclamações quanto a complicações em cirurgias de catarata realizadas em pacientes do município, inclusive com necessidade de encaminhamentos a Belo Horizonte. Danielle destacou a importância de que tais ocorrências sejam formalmente comunicadas ao Conselho e posteriormente à Secretaria de Saúde, de modo a subsidiar o acompanhamento da rede e permitir medidas de avaliação sobre o serviço prestado. Por fim, foi discutida a situação da regionalização envolvendo Barbacena,



44 esclarecendo-se que Conselheiro Lafaiete integra a região macro, mas sem dispor, até o
45 momento, da mesma estrutura de referência existente em Barbacena, que conta com apoio
46 direto do Estado. O Presidente Roberto Lisboa prestou esclarecimentos complementares às
47 manifestações anteriores. Em relação às cirurgias de catarata, informou que, segundo dados
48 da coordenação responsável, havia previsão de realização de 150 (cento e cinquenta)
49 procedimentos no trimestre, dos quais apenas 110 (cento e dez) foram efetivamente
50 executados, em razão da ausência de comparecimento de cerca de 40 (quarenta) pacientes
51 previamente agendados. Comunicou que solicitou à coordenação a verificação da situação
52 para fins de aprimoramento da oferta e acompanhamento dos casos. No tocante à assistência
53 farmacêutica, registrou a necessidade de maior padronização de procedimentos, propondo a
54 realização de reunião específica com a área técnica, com participação de conselheiros, para
55 discutir a viabilidade de um projeto-piloto de descentralização da farmácia municipal. A
56 Conselheira Danielle Santhiago ponderou que a descentralização é também uma meta interna
57 da Secretaria de Saúde, mas que deve ser implementada de forma cautelosa, respeitando
58 aspectos culturais e organizacionais da população usuária. Ambos ressaltaram que o tema já
59 vem sendo tratado no âmbito do Conselho e da gestão, devendo ser objeto de planejamento
60 coletivo com a participação da atenção primária, farmacêuticos e demais áreas relacionadas.
61 Quanto à questão da regionalização/macro, o Presidente esclareceu que o Estado de Minas
62 Gerais, no início do ano, estabeleceu a revisão do Plano Diretor de Regionalização (PDR),
63 permitindo que municípios pudessem se movimentar em termos de sua vinculação regional.
64 Esclareceu que, em tese, Conselheiro Lafaiete poderia solicitar mudança de referência para
65 macrorregião, desde que atendidos os critérios exigidos. Contudo, salientou que tal
66 possibilidade depende de uma série de requisitos e que, embora o assunto tenha sido
67 ventilado localmente, ainda não há definição sobre eventual mudança de enquadramento
68 regional. Em sequência, o Presidente Roberto Sant'Ana retomou o debate sobre a organização
69 macrorregional e microrregional de saúde, destacando que, caso Conselheiro Lafaiete viesse
70 a se transformar em sede macrorregional, haveria o desmembramento em relação à
71 Barbacena, resultando em duas macrorregiões distintas. Solicitou, assim, posicionamento dos
72 presentes a respeito da matéria. Danielle Santhiago esclareceu que tal tema não vem sendo
73 discutido no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde no momento, não havendo deliberação
74 interna até a presente data, estando as ações prioritárias voltadas, neste momento, à redução
75 de demandas pendentes. Na sequência, o conselheiro Roberto Lisboa informou o início da
76 análise do Primeiro Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA) de 2025, elaborado
77 pela Secretaria Municipal de Saúde. Registrou que o referido relatório tem por objetivo avaliar
78 a execução das metas e diretrizes estabelecidas na Programação Anual de Saúde, abrangendo
79 aspectos financeiros, produção assistencial, tendências epidemiológicas, cumprimento das
80 normas legais e subsidiando, assim, o exercício do controle social. Ressaltou que, nos termos
81 do artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/2012, o gestor do SUS deve elaborar e apresentar,
82 em audiência pública perante a Casa Legislativa, e que a Secretaria Municipal de Saúde
83 realizou audiência pública no dia 30/05/2025, na Câmara Municipal, para apresentação do 1º
84 RDQA/2025. Destacou-se que o Conselho Municipal de Saúde, no exercício de suas atribuições
85 legais, designou comissão específica para análise do documento em pauta, cujo parecer seria
86 apresentado e submetido à apreciação nesta sessão. No tocante ao mérito do relatório de
87 avaliação, registrou-se que o exame contemplou a execução da Programação Anual de Saúde,



a aplicação dos recursos financeiros, a produção assistencial, os indicadores de saúde da população e a conformidade com normativas federais e estaduais, especialmente no que se refere aos mecanismos de cofinanciamento. Ressaltou-se, ainda, a importância de verificar a adequação das ações às demandas da população, abrangendo a atenção básica, média e alta complexidade, a vigilância em saúde e a assistência farmacêutica. Em seguida, procedeu-se à leitura integral do relatório de avaliação, com a devida exposição dos pontos analisados e das recomendações apresentadas. Após a leitura do documento em pauta, foi aberta a palavra para manifestações. O Conselheiro Cláudio Souza reforçou a importância de a Secretaria de Saúde reavaliar a Programação Anual de Saúde (PAS) e realizar reunião conjunta com a comissão do Conselho, a fim de alinhar metas e recursos. O Presidente Roberto Sant'Ana destacou que o Conselho não pretende questionar as metas propostas, mas sim buscar equilíbrio: evitar tanto metas excessivamente elevadas, de difícil cumprimento, quanto metas muito baixas, que poderiam prejudicar a população. Definiu-se, então, o agendamento de reunião no dia 18/08/2025, às 14h30min, na sede do Conselho, para avaliação da PAS junto à Secretaria, com participação dos conselheiros interessados. O objetivo será discutir ajustes de metas, planejamento orçamentário e alocação de recursos, visando assegurar execução eficiente e realista. No tocante à Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), ponto de destaque na avaliação do relatório, foi debatida a criação de comissão específica para análise do contrato de gestão junto ao ICISMEP. O Conselheiro Amarílio dirigiu-se à Secretária Adjunta, Sra. Daniele, questionando se a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) encontra-se credenciada junto ao Ministério da Saúde e quem é o responsável pelo financiamento de seu funcionamento. A Sra. Daniele informou que o processo de credenciamento está em andamento e que, no momento, não dispõe de informações sobre o financiamento da unidade. A Sra. Elidiane Vasconcelos, assessora jurídica da Secretaria Municipal de Saúde, propôs que a comissão se reúna com representantes da Secretaria e da Procuradoria, a fim de examinar o contrato, identificar eventuais irregularidades anteriores à atual gestão e fornecer subsídios técnicos ao Conselho. Ficou definido que integrarão a comissão, de forma automática, os Conselheiros Cláudio Souza e José César, já indicados para a Comissão de Acompanhamento prevista no contrato junto ao ICISMEP, com possibilidade de participação voluntária de outros conselheiros. Ressaltou-se que a comissão deve manter número reduzido de integrantes, a fim de garantir objetividade e eficiência nos trabalhos. Entre os objetivos da comissão, destacam-se: revisar o contrato assinado e suas alterações; identificar responsáveis e motivos das alterações; garantir que o Conselho e a Secretaria possuam informações completas para deliberação; obter respostas concretas da Procuradoria e do Executivo, dando encaminhamento definitivo à questão. A reunião está prevista para ocorrer na próxima segunda-feira, dia 25 de agosto de 2025, às 14h, e, preferencialmente, na sede da Casa dos Conselhos. No que se refere ainda à PAS, observou-se que o planejamento financeiro deverá ser ajustado conforme revisão das metas, permitindo o remanejamento de recursos para áreas prioritárias, assegurando transparência e execução eficiente. Em prosseguimento, tratou-se da Comissão Especial de Estudos para revisão da composição do Conselho Municipal de Saúde. A Presidência destacou a necessidade de reavaliar representações, diante da ausência ou baixa participação de determinadas entidades, da possibilidade de criação futura de conselhos distritais, bem como da adequação da legislação à realidade do município (aproximadamente 140 mil habitantes). Foi apresentada ao plenário a proposta de Resolução



nº 317/25, que institui a referida Comissão Especial, com as seguintes atribuições: I - Propor medidas para eventual alteração da composição do Conselho; II - Analisar a participação efetiva de órgãos, entidades e movimentos sociais; III - Identificar membros sem representatividade; IV - Avaliar necessidade de alteração no número de conselheiros ou inclusão/exclusão de entidades; V - Propor adequações à legislação municipal pertinente; VI - Estudar a viabilidade de criação de conselhos distritais. A proposta foi submetida ao plenário, aprovada e seguirá os trâmites cabíveis de publicação. No debate acerca do projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal (PL 015/2025), que trata de alterações na organização e funcionamento do Conselho, o Presidente Roberto reforçou que a definição da estrutura do Conselho é prerrogativa do próprio colegiado, conforme a Lei Federal nº 8.142/1990, não podendo ser modificada sem sua anuência. Ressaltou ainda que, em caso de aprovação de lei municipal em desacordo com a legislação federal, o Conselho recorrerá judicialmente, acionando o Ministério Público. O plenário reconheceu riscos decorrentes de eventual judicialização, como a suspensão temporária das atividades do Conselho e consequente impacto nos processos em tramitação e que dependem de deliberação do colegiado, mas entendeu que a defesa da autonomia do colegiado é imprescindível. Foi reiterado que o Conselho tem caráter técnico e autônomo, atuando em parceria com a gestão municipal. A Presidência salientou, ainda, a importância da experiência dos conselheiros veteranos, lamentando que algumas entidades não tenham representantes ativos, o que enfraquece a representatividade popular. Quanto à Comissão Especial de Estudos, estabeleceu-se a composição paritária: 4 representantes dos usuários; 2 representantes dos profissionais de saúde; 2 representantes dos prestadores de serviços/Secretaria de Saúde. Os conselheiros interessados devem encaminhar seus nomes até o dia 19/08/2025. Caso não haja adesão suficiente, a Presidência procederá à nomeação, respeitando o princípio da paridade. Por fim, a Sra. Elidiane Vasconcelos foi designada para comunicar ao Secretário e ao Prefeito sobre a aprovação da resolução, lembrando que o Conselho aguarda o cumprimento do acordo firmado tratando da retirada do Projeto de Lei n. 015/2025 da Câmara Municipal. Encerradas as deliberações, com definição dos próximos encaminhamentos e reuniões, a sessão foi concluída. Nada mais havendo a ser tratado e para tudo constar, o registro foi feito pela Secretaria Executiva do CMSCL e apreciado na próxima sessão plenária. Conselheiro Lafaiete, 14 de agosto de 2025.

ATA APROVADA NA 403ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.